



**ACÓRDÃO Nº321/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10907/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tonantins.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Ronaldo Garcia Nascimento (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1264/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tonantins. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Revelia. Multa.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tonantins, exercício de 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Ronaldo Garcia Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Tonantins, exercício de 2016, nos termos do art. 5º, II c/c o art. 188, §1º, III, "b" ambos da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão da manutenção de impropriedades que se caracterizam como atos praticados com grave infração à norma legal;
- 10.2. **Considerar revel** o **Sr. Ronaldo Garcia Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Tonantins, exercício 2016, nos termos do art. 88 da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Ronaldo Garcia Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Tonantins, exercício 2016, no valor de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), referente à **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos) por mês de atraso no envio dos balancetes mensais referentes aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, julho e agosto de 2016, conforme apontado no item 01 do Relatório/Voto, com fulcro no art. 308,



**ACÓRDÃO Nº321/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

I, "a" da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Ronaldo Garcia Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Tonantins, exercício 2016, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com fulcro no art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM, em razão dos atos praticados com grave infração à norma legal apontados nos itens 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11 e 12 do Relatório/Voto.

O referido valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Abril de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº321/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro Relator

**EVELYN FREIRE DE CARVALHO**  
Procuradora-Geral, em substituição